

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.618 - SP (2019/0130335-9)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LIMEIRA LTDA
ADVOGADO : SONETE NEVES DE OLIVEIRA - SP178402
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE LIMEIRA
PROCURADOR : RICHARD PAES LYRA JUNIOR E OUTRO(S) - SP253452

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LIMEIRA LTDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

APELAÇÃO - AÇÃO ANULATÓRIA DE LANÇAMENTO FISCAL - ISSQN - PERÍODO DE AGOSTO DE 2008 A OUTUBRO DE 2013 - MUNICÍPIO DE LIMEIRA - DESENQUADRAMENTO DA CONTRIBUINTE DO REGIME DE RECOLHIMENTO DO TRIBUTOS POR ALÍQUOTA FIXA E ANUAL PELA ALÍQUOTA VARIÁVEL COM BASE NO PREÇO DO SERVIÇO EM RAZÃO DO CARÁTER EMPRESARIAL - REVISÃO DO LANÇAMENTO - ERRO DE FATO - POSSIBILIDADE - CARÁTER EMPRESARIAL CONFIGURADO E AFERIDO NO MOMENTO DA REVISÃO DO LANÇAMENTO EIVADO DE NULIDADE - SOCIEDADE DE RESPONSABILIDADE LIMITADA QUE PRESTA SERVIÇOS DE ANÁLISES CLÍNICAS A AFASTAR O CONCEITO DE SOCIEDADE UNIPROFISSIONAL - SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO REFORMADA - RECURSO PROVIDO.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF” (AgRg no REsp n. 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente